LEI COMPLEMENTAR Nº 149/2004

DISCIPLINA O DISPOSTO NO
ARTIGO 254, DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 76/98, DE 31
DE DEZEMBRO DE 1998,
AUTORIZANDO O EXECUTIVO
MUNICIPAL A EFETUAR A
COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana,
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e
promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à
compensação de créditos líquidos e certos, referentes a tributos e tarifas
municipais, vencidos ou vincendos, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados
ou não, através de procedimento administrativo, nas condições e sob as garantias
que estipular em regulamento.

Art. 2º. A compensação a que se refere o artigo anterior será
autorizada pelo Diretor Departamento de Finanças, mediante requerimento
apresentado pelo contribuinte ou responsável tributário, que especificará o
montante e natureza de seu crédito, pelo qual se habilita na compensação.

Art. 3º. O Diretor Departamento de Finanças determinará o
levantamento dos valores devidos ao erário nos termos da legislação municipal,
aplicando-se os encargos moratórios, quando devidos.

Parágrafo Único. Caso subsista diferença a crédito do interessado,
a compensação far-se-á até o valor da obrigação, permanecendo o saldo
classificado em ordem cronológica de vencimento para satisfação quando da
existência de disponibilidade financeira.

Art. 4º. Os valores repactuados através de parcelamento e termo de
confissão de dívida, também poderão ser objeto de compensação, respeitadas as
condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º. Deferida, pelo Diretor Departamento de Finanças, a
compensação se processará com a extração da competente guia de receita dos
valores a compensar e processamento da liquidação da despesa, quitando-se o
interessado.

Parágrafo Único. Havendo créditos a compensar inscritos e
executados judicialmente, os honorários advocatícios serão calculados à base de

10% (dez) por cento do valor corrigido do débito, acrescido das custas judiciais, devendo ser recolhidos, pelo interessado, no ato da compensação.

Art. 6º. Nos casos de compensação de tributos lançados por homologação, o contribuinte ou responsável tributário deverá apresentar a Declaração mensal de Serviços ao Setor de Fiscalização Tributária, para prévia determinação do montante devido.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
13 de dezembro de 2004.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL